

A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos¹

The necessary popular and cultural dimension of archives

MONICA CRISTINA BRUNINI FRANDI FERREIRA

Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP

monicafrandiferreira@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5837-2745>

RESUMO

Este artigo apresenta algumas iniciativas recentes, relacionadas aos documentos de arquitetura, abordando aspectos de uma narrativa construída no Brasil, ao longo do tempo, e que têm no patrimônio cultural o ponto em comum. Da sensibilização da sociedade local, na criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, em 1979, até a proposta para instituição de Câmara Técnica Consultiva, no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, apresentada em 2022, para a definição de orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído, foram muitos os debates coletivos e as ações implementadas. Somadas às competências de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos e coleções, o acesso à informação e as iniciativas de difusão nas instituições de custódia de documentos, públicas e

¹ O título deste artigo foi inspirado em Bellotto (2006, p. 227). A equipe do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC) reconhece a relevância da projeção na comunidade e, nesta direção, para além de cumprir com a função precípua de uma entidade arquivística — recolher, custodiar, preservar, organizar e dar acesso aos fundos documentais originados no âmbito do poder público municipal — tem investido em iniciativas de extroversão para divulgar o acervo e as atividades técnicas desenvolvidas na Autarquia, com ações voltadas aos diferentes públicos, de diversas faixas etárias (Bellotto, 2006).

privadas, são essenciais para a sua projeção na comunidade, trazendo-lhes a necessária dimensão popular e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Documentos de arquitetura; Acesso e difusão em arquivos.

ABSTRACT

This article presents some recent initiatives, related to architectural documents, addressing aspects of a narrative built in Brazil, over time, which has the cultural heritage as the common point.

From the awareness of the local society, in the creation of the Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, in 1979, to the proposal for the institution of the Câmara Técnica Consultiva, under the Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, presented in 2022, to the definition of guidelines for the technical treatment of archival documents related to architecture and the built environment, there were many collective debates and implemented actions.

In addition to the attributions of collecting, custodial, preserving and organizing funds and collections, access to information and diffusion initiatives, in public and private document custody institutions, are essential for their projection into the community, bringing them the necessary popular and cultural dimension.

KEYWORDS: Cultural heritage; Architecture documents; Access and diffusion in archives.

Não se pode negar o valor da criação do Arquivo²

A criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC), por meio da Lei Municipal n.º 1.573, de 11.10.1979, constituiu marco importante na preservação do patrimônio cultural local e ação pioneira na organização de instituição arquivística municipal, sobretudo quando consideramos que a preocupação em âmbito nacional ocorreu após uma década, com a publicação da Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados no Brasil. Naquele momento, a Autarquia passou a ser oficialmente responsável pela

² Título extraído de reportagem do Jornal Diário de Rio Claro (JDRC, edição de 10.10.1979).

proteção do patrimônio arquivístico municipal, caracterizado pelos documentos produzidos e acumulados nas funções e atividades de cada órgão da administração local, ou recebidos de particulares quando julgados de interesse para a construção da identidade e da memória coletivas.

Na proposta original de criação da entidade arquivística municipal, em 1977, já era defendida a necessidade de salvaguardar e de disponibilizar o patrimônio documental local, de modo que o APHRC pudesse “resguardar documentação valiosa e evitar o trabalho de colecionadores particulares, criando um órgão que viesse possibilitar consultas futuras e levantamentos históricos” (JDRC, edição de 10.10.1979). Os grupos interessados na organização da entidade local, constituídos de pessoas ligadas ao meio acadêmico e cultural, denunciavam na imprensa o abandono dos documentos públicos e a falta de acesso aos registros históricos da cidade, clamando pela urgente aprovação da proposta de criação, enquanto organizavam ações para impactar e mobilizar a sociedade.

A sensibilização da população aconteceu por meio de publicações nos jornais locais, com ilustrações da “Rio Claro antigo”, e nas exposições fotográficas montadas na praça central da cidade, ambas contendo imagens do patrimônio edificado, que ajudavam a despertar a curiosidade e a motivar o debate sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Na imprensa, o destaque era para que a instituição tivesse o objetivo “de resguardar a memória do município, centralizando toda a documentação pública e particular, a fim de que esta possa ser utilizada, pesquisada e divulgada”³ (JCRC, edição de 01.05.1977).

Dois anos após o envio do texto original, por meio da Lei Municipal n.º 1.573, de 11.10.1979, a Câmara Municipal aprovou o projeto de criação do APHRC⁴. A primeira atividade da instituição arquivística ocorreu quase um ano após a sua fundação, com a constituição do seu Conselho Superior, e,

³ Foram as imagens veiculadas na reportagem jornalística, publicada em 1979, “focalizando o abandono imposto pela administração municipal a importantes documentos históricos”, que causaram maior impacto, afirmando que os registros das funções e das atividades do executivo municipal “estavam jogados numa garagem” do Departamento de Serviços Municipais, “ao lado de pneus velhos e rolos de arame, sem as mínimas condições de conservação e preservação”. Naquele momento, a imprensa denunciava a precariedade da situação e clamava para que “os responsáveis pela conservação destes documentos” providenciassem “o recolhimento dos mesmos a um local mais adequado” (JCRC, edições de 23 e 25.01.1979).

⁴ De acordo com referida lei de criação, a Prefeitura e a Câmara Municipal deveriam entregar ao APHRC “o arquivo e a documentação histórica de Rio Claro”, permanecendo a mesma “sob custódia, para efeito de consultas, pesquisas e estudos da história” (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Lei Municipal n.º 1.573/1979; JCRC, edição de 11.10.1979).

por meio da Portaria n.º 2.607, de 21.11.1980, o nome da historiadora Ana Maria de Almeida Camargo foi oficializado para o cargo de diretora da Autarquia⁵ (Boletim Arquivo de Rio Claro, n.º 1, 1982).

O Arquivo crescerá muito [...] o trabalho bem orientado prossegue⁶

De acordo com a Lei Municipal n.º 1.573/1979, o APHRC foi criado como entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomias financeira e administrativa. Suas funções precípua, marcadas de forma precisa na definição de suas competências, já estavam, desde o início, relacionadas ao tratamento arquivístico completo dos documentos, com as ações de:

a) localizar, recolher, reunir, recuperar, organizar e preservar documentação pública e particular em geral, centralizando-a, a fim de que memória do Município possa ser utilizada, pesquisada e divulgada por qualquer forma, com o objetivo de resguardar a memória do Município e sua gente;

b) proteger o acervo, constituído por qualquer documento escrito — manuscrito ou impresso — iconográfico, fonofotográfico, pertencente a entidades públicas — Executivo, Legislativo e Judiciário — e particulares, culturais, religiosos, de pessoas físicas, estabelecimentos rurais, comerciais, industriais e outras;

c) tomar, classificar e catalogar a documentação em seu poder, segundo as modernas técnicas arquivísticas;

d) inventariar a documentação de terceiros, conforme os mesmos critérios;

e) franquear o uso do acervo às entidades e ao público em geral, atendendo aos pedidos de informação, consoantes às disposições regulamentares (art. 2.º, Lei Municipal n.º 1.573/1979). Naquele momento, já havia a compreensão da importância dos serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa nos arquivos públicos, cujas

⁵ Fizeram parte do primeiro Conselho Superior do APHRC os seguintes membros: Fernando Cilentio Fittipaldi; Francisco Anaruma; Jayr de Andrade Pimentel; Pe. Jamil Nassif Abib; Profa. Dra. Jeanne Berrance de Castro; José Carlos Cardoso; Prof. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi; Roberto Felipe Palmari e Ruy Cassavia. Os conselheiros foram empossados pelo então Prefeito Municipal, Dermeval da Fonseca Nevoeiro Junior (Boletim Arquivo de Rio Claro, n.º 1, 1982).

⁶ Título extraído de reportagem do Jornal Diário do Rio Claro (JDRC, edição de 13.07.1984).

atividades, mesmo que consideradas secundárias em relação àquelas de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, auxiliariam a instituição na sua projeção na comunidade, “trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (Bellotto, 2006, p. 227).

Sobre a constituição do acervo, a partir de 1981, “todos os documentos administrativos municipais anteriores a 1975, foram entregues aos técnicos do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro”, tendo sido recolhidas “cerca de 50 toneladas de documentos amontoados em repartições públicas” (JDRC, edições de 16 e 25.04.1981). Além deste conjunto inicial, outros foram incorporados, como aqueles recebidos em doação, quando “chegou em nossa cidade, um caminhão com cerca de 8 toneladas de livros e periódicos, doados pela Divisão de Arquivo do Estado” (JDRC, edição de 16.06.1981). A diretora do APHRC, Ana Maria de Almeida Camargo, esclareceu à imprensa que os documentos recolhidos passariam “por um minucioso trabalho de classificação de fundo, cronologia, ordem geográfica relacionada, até uma total reorganização”, para que pudessem ser “recondicionados e imunizados no laboratório de restauro e conservação para, finalmente, ficarem à disposição do público, estudiosos, pesquisadores” (JDRC, edição de 18.06.1981).

Pelo volume de documentos recolhidos e recebidos em doação, as salas provisórias⁷, que estavam sendo ocupadas pela Autarquia desde 1981, tornaram-se pequenas para abrigar o acervo de forma apropriada, e o destaque na imprensa local passou a ser a falta de “instalação adequada para o Arquivo, observando-se as recomendações técnicas de ambientes para esse fim, desde a circulação de ar, temperatura, até a funcionalidade arquitetônica” (JDRC, edição de 16.04.1981). Neste sentido, a partir de 1984, o APHRC passou a ocupar edificação histórica, situada na área central da cidade, que foi adaptada para acomodar o acervo em constante incorporação.

A inauguração da nova sede central foi marcada por evento que contou com a participação de autoridades municipais e estaduais ligadas aos meios

⁷ A diretora Ana Maria de Almeida Camargo esclareceu para a imprensa que a sede inicial — algumas salas do Pavilhão de Técnicas Comerciais da Escola Chanceler Raul Fernandes — seria “uma ocupação temporária, apesar de ser um local adequado para a guarda de documentos e para o atendimento ao público”, que possibilitaria, ao menos, a abertura dos trabalhos (JDRC, edição de 16.04.1981). A diretora tinha como meta instalar o Arquivo num “prédio apropriado”, cujo projeto entregue ao Prefeito Municipal seria “elaborado conforme as recomendações da UNESCO, para abrigar instituições arquivísticas” (JDRC, edição de 18.06.1981).

político e cultural, além de expressivo público que prestigiou o que a imprensa noticiou como “a ampliação do Arquivo Municipal” (JDRC, edições de 13 e 14.07.1984). Naquele dia, os presentes também puderam apreciar uma exposição de cartões postais, com imagens inéditas do patrimônio edificado da cidade, tal qual nas primeiras iniciativas de sensibilização, em 1979. Essas propostas eram compreendidas como uma oportunidade de contato entre o APHRC e a comunidade, contribuindo também para estimular na população o interesse pela consulta às fontes primárias, tanto nos estudos sobre a história da cidade, como no planejamento e execução de ações para preservação do patrimônio cultural. Nesses eventos ocorria o lançamento de publicações impressas, relacionadas à *cultura*, à *história da cidade* e, especialmente, ao trabalho técnico desenvolvido na Autarquia, das quais destacamos os Boletins do Arquivo de Rio Claro, publicados entre 1982 e 1993⁸.

Neste prédio histórico central, o APHRC permaneceu até o ano de 2004, quando transferiu seu acervo para o Núcleo Administrativo Municipal (NAM), onde permanece até hoje, junto às demais secretarias da administração direta.

Novas atividades e novas funções⁹

Desde 1981, o APHRC “Oscar de Arruda Penteadado”¹⁰ tem reunido, por transferência ou recolhimento, documentos da Prefeitura Municipal de Rio Claro e de instituições públicas e privadas, constituindo acervo extenso e diverso, de gêneros textual, iconográfico, audiovisual, fonográfico e tridimensional. Em virtude da relevância de conteúdo, volume de documentos

⁸ Segundo informado no Boletim do Arquivo de Rio Claro n.º 1, de 1982, a seção “Teoria e Prática” seria “destinada ao debate de questões que envolvem o trabalho arquivístico em seus múltiplos aspectos”; a seção “Documento e História” estaria “reservada para divulgação de fontes sobre Rio Claro” e a seção “Notas e Informações” divulgaria as realizações e projetos do APHRC e de outras instituições congêneres. Figuras de expressividade na área da arquivística contribuíram com artigos nos referidos Boletins semestrais, dentre os quais destacamos, em ordem alfabética: César Gutierrez Muñoz, Daíse Aparecida Oliveira, Galba Ribeiro di Mambro, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Bellotto, Imma Puig Aleu, Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, José Pedro Esposel, Manuel Vásquez, Raquel Glezer, Rolf Nagel, Rose Marie Inojosa, Vicenta Cortés Alonso e Viviane Tessitore. As publicações impressas, hoje, encontram-se digitalizadas e estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>.

⁹ Título extraído de reportagem do Jornal Diário de Rio Claro (JDRC, edição de 13.07.1984).

¹⁰ A Lei Municipal n.º 2.540, de 26.03.1993, “Dá a denominação ao Arquivo Público e Histórico do Município de «Oscar de Arruda Penteadado”, servidor público municipal que se aposentou como Chefe de Divisão do Arquivo e Cadastro Patrimonial da Prefeitura Municipal de Rio Claro”.

e interesse de consulta, destacamos o Fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”¹¹, constituído por diversas séries, dentre elas os “Processos de Construção de Obras Particulares”, assunto tratado neste artigo. Esse acervo específico foi criado de acordo com a Lei Municipal n.º 88/1911¹², que estabeleceu o procedimento administrativo para controle da atividade de obras e edificações na cidade de Rio Claro, e tem documentos a partir do ano de 1936, preservados e disponibilizados à título de prova ou referência. Sobre as coleções, assinalamos a “Coleção Argemiro Dias Martins”, composta por documentos de gêneros iconográfico e cartográfico, que registram a formação dos bairros e a expansão da cidade ao longo da primeira metade do século XX¹³ e a “Coleção Rio Claro de Fotografias”, que dispõe de mais de 24 mil registros sobre épocas e assuntos variados, incluindo imagens do patrimônio edificado local.

Dos trabalhos recentes para preservação, organização, acesso e difusão do acervo, destacamos as ações voltadas ao tratamento técnico dos documentos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído, sob responsabilidade das três coordenadorias do APHRC — de Arquivo Intermediário, de Arquivo Permanente e de Difusão do Acervo¹⁴. Esses registros atravessam

¹¹ Do Fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”, também merecem destaque os registros fotográficos e os registros de óbito. Dentre os documentos custodiados, ressaltamos o Fundo “Câmara Municipal de Rio Claro”, que reúne livros-ata do período de 1845 a 1990, contendo informações relevantes do cotidiano da administração pública. Também integram o acervo do APHRC os documentos do “Fundo Plínio Salgado”, composto por registros da atividade política do titular como líder do movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), por meio de correspondências, atas, fotografias, periódicos e livros. Por sua relevância, que permite traçar um perfil do cenário político e social do Brasil a partir da década de 1930, no ano de 2014 este Fundo foi nominado como parte do Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (MOM-UNESCO).

¹² A regularidade dos documentos começa a partir de 1936, mas estabelecemos como início da série “Processos de Construção de Obras Particulares” o ano de 1911, baseado na Lei Municipal n.º 88, de 15/09/1911, que tratou das construções e reconstruções e definiu o procedimento para controle da atividade de obras e edificações em Rio Claro. Até aquele momento, o Código de Posturas de 1893 estabelecia orientações para higiene, solidez e aspecto das construções urbanas, sem estabelecer o expediente administrativo. Sobre esse assunto, consultar Ferreira (2002, 2016).

¹³ Importante destacar, pelo conteúdo e interesse do consulente, que a Hemeroteca do APHRC dispõe de exemplares de periódicos rio-clarenses desde 1873. Dentre os mais consultados e de grande circulação na cidade, até os dias atuais, estão o Jornal Diário de Rio Claro (JDRC) e o Jornal Cidade de Rio Claro (JCRC), ambos com regularidade nas suas edições desde a década de 1930.

¹⁴ A Lei Complementar n.º 0132/2018, reorganizou a estrutura administrativa do APHRC, que até então se encontrava regulamentada pela Lei de sua criação, de 1979. As três coordenadorias estão subordinadas, hierarquicamente, à Superintendência, cada qual com atribuições específicas em relação às atividades-fim do APHRC (Arquivo Público e História do Município de Rio Claro, Lei n.º 132, de 23.05.2018).

as três fases do ciclo vital dos documentos de arquivo¹⁵, pois são produzidos pelos interessados em construir ou reformar edificações na cidade, são solicitados pelos munícipes como prova da atividade e são consultados pelos pesquisadores para análise de eventos relacionados com a história da arquitetura e com a preservação do patrimônio edificado. Esses documentos têm produção corrente, uso intermediário, são considerados de caráter permanente no processo de avaliação, estando destinados, portanto, à guarda definitiva, mesmo quando a obra a que se referem não foi construída ou foi alterada ou demolida.

Ao se referir aos arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo, Azevedo (2010) destaca que “constituem uma herança cultural que testemunha o desenvolvimento destas áreas e, em alguns casos, são o único elo existente de estruturas já desaparecidas ou de projetos não construídos”. Neste sentido, a discussão sobre a constituição, a preservação e a utilização desses acervos são de fundamental importância para as respectivas áreas do conhecimento, de maneira específica, e, num entendimento mais abrangente, para o patrimônio cultural e documental de nossa civilização (Azevedo, 2010, p. 38).

Sob a incumbência da Coordenadoria de Arquivo Intermediário¹⁶, as ações de gestão documental com os documentos de arquitetura estão relacionadas à disponibilização diária de “Processos de Construção de Obras Particulares” para a administração pública, atendendo às solicitações dos interessados por meio do Protocolo Geral da Prefeitura. Esses documentos compostos figuram entre os itens documentais mais consultados no APHRC, à título de prova, cuja busca no acervo se faz por listagem informatizada e o acesso ao consulente está garantido com a autorização da Secretaria Municipal de Obras, entidade produtora do documento custodiado na Autarquia. A Coordenadoria de Arquivo Intermediário está organizando a implementação do protocolo digital na

¹⁵ A Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, em seu artigo 8º, define as três fases que caracterizam o ciclo vital dos documentos de arquivo. Estão vinculados à fase corrente os documentos “em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes”. Na fase intermediária estão aqueles documentos que, “não sendo de uso corrente nos órgãos produtores por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Definidos na fase permanente estão os “conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991).

¹⁶ Segundo Relatório de Atividades do APHRC do ano de 2021, o Arquivo Intermediário realizou, em média anual, 3.500 atendimentos à administração municipal, disponibilizando cerca de 7 mil itens documentais, permitindo acesso aos documentos probatórios até o ano de 2010, último exercício fiscal transferido do Setor de Protocolo da Prefeitura ao APHRC. Parte desses atendimentos — cerca de 40% das solicitações — está relacionada aos “Processos de Construção de Obras Particulares”, a maior porcentagem referente a um único tipo documental.

Prefeitura, articulando as unidades da administração municipal na definição de procedimentos padronizados para produção e tramitação dos documentos, em meio eletrônico e em bases arquivísticas, para garantir a confiabilidade, a autenticidade e a preservação da informação, melhorando o fluxo, a organização e o acesso aos documentos, a qualquer tempo.

Com a atribuição de salvar, organizar e disponibilizar os documentos do acervo, a Coordenadoria de Arquivo Permanente tem planejado e executado procedimentos preventivos de conservação nos “Processos de Construção de Obras Particulares”, incluindo ações de higienização e pequenos reparos para garantir a integridade física dos suportes fragilizados. Em laboratório estruturado para atender aos grandes formatos, são produzidos exemplares digitais de registros textuais e iconográficos que, posteriormente disponibilizados para consulta, evitam a manipulação dos originais, permanecendo os mesmos acondicionados em caixas-arquivo armazenadas em estantes. Concomitantemente, realiza-se a indexação das informações de cada processo em planilha Excel, cujo acesso tem sido possibilitado com celeridade, permitindo a rápida recuperação da informação, disponibilizada em meio digital ao público interessado.

Em trabalho que envolveu toda a equipe do APHRC, a Coordenadoria de Difusão do Acervo¹⁷ responsabilizou-se por organizar a exposição física “A casa mais que morada: Projetar para construir, conservar para conhecer”, inaugurada em junho de 2021, no Museu Histórico e Pedagógico de Rio Claro¹⁸. Baseada na série “Processos de Construção de Obras Particulares” e em outros documentos que permitem a compreensão do seu contexto de produção, a narrativa valeu-se da reprodução dos registros e de linguagem menos formal para permitir o entendimento mais imediato dos diversos tipos

¹⁷ Merece destaque nas atividades de ação educativa do APHRC o “Projeto Arq-Aventuras: Atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar”, em fase de implementação nas escolas públicas municipais. Elaborado junto aos professores coordenadores e aos profissionais da educação inclusiva, utilizando exclusivamente documentos do acervo, o APHRC produziu material para atividades lúdicas (quebra-cabeças, jogo da memória, jogo de tabuleiro com adivinhações e desenhos, painéis fotográficos, livro com arte-colagens, dentre outros), na intenção de estimular nas crianças as capacidades de observação, registro, exploração e apropriação de temas relacionados à história da cidade, contribuindo para o desenvolvimento das múltiplas capacidades e permitindo a recriação do patrimônio cultural através de diferentes meios de assimilação e de expressão. O APHRC tem ministrado oficinas com os professores e esse conteúdo está sendo oferecido em sala de aula, em processo permanente de trabalho educativo para a construção de política pública de identificação, reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio cultural local. O vídeo do “Projeto Arq-Aventuras” pode ser conferido em: www.youtube.com/watch?v=xstBRN-TLm8. Acesso em 15.09.2022.

¹⁸ O vídeo da exposição “A casa mais que morada: Projetar para construir, conservar para conhecer” pode ser conferido em: www.youtube.com/watch?v=50Sfwrhsxvw. Acesso em 15.09.2022.

documentais exibidos, para destacar a padronização dos documentos de arquivo e ainda para sublinhar, como curiosidades, as questões técnicas da arquitetura. Processos inteiros compuseram painéis, plantas arquitetônicas foram adesivadas no chão, material lúdico foi disponibilizado, para que todo o conjunto de registros probatórios do controle da atividade edificativa na cidade ficasse aos olhos do público, sem escolher um “documento especial”. Como orienta Parrella (2013), não foram destacados documentos por seu caráter excepcional, fato que desconsideraria as relações orgânicas dos documentos de arquivo. Nesta exposição, de simples espectador, o público passa a interagir com os documentos e a compreender, não somente o procedimento administrativo quando interpreta o conteúdo dos painéis, mas o tratamento técnico realizado no APHRC para preservar, organizar e dar acesso aos documentos do acervo. Essa possibilidade ocorre nas atividades de ação educativa que, ocasionalmente, são feitas no espaço da exposição, com a demonstração de procedimentos de conservação preventiva, didaticamente apresentados pela equipe.

Iniciativa de difusão editorial do APHRC, relacionada aos “Processos de Construção de Obras Particulares”, o “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” também está baseado nas experiências com o acervo de documentos públicos. Esta publicação trata de assuntos diversos relacionados à organização, preservação, acesso e difusão desse acervo específico, e foi redigida em linguagem acessível, para permitir que o responsável pelos acervos compreenda os procedimentos técnicos sugeridos, independentemente de sua área de formação ou qualificação. Suas orientações podem ser aplicadas também aos acervos privados, que contêm documentos acumulados por arquitetos, escritórios de arquitetura, instituições de profissionais e universidades.

O diálogo da Arquitetura e da Arquivística¹⁹

Com a publicação do “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura”, baseado nas suas experiências práticas, o APHRC procurou estabelecer um ponto de partida para a discussão sobre os diversos aspec-

¹⁹ Trecho da frase de Noemi Andreza da Penha, diretora do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), em artigo publicado na seção “Vitrine”, da Revista do Arquivo, ano VII, n.º 14, junho de 2022, p. 136, editada pelo APESP, que destaca o “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” do APHRC.

tos relacionados ao tratamento técnico dispensado aos documentos de arquitetura, que requerem ações específicas e relacionadas a dois campos distintos de atuação profissional: a Arquivística e a Arquitetura.

Do trabalho conjunto, relacionando as especificidades da arquitetura com as particularidades da arquivística, compreendeu-se que o projeto arquitetônico embasa operações técnicas que definem funcionalidades e, portanto, tipificam os documentos de arquivo. Neste sentido, a publicação está organizada de maneira a auxiliar o leitor na compreensão de conceitos básicos da arquivística e na identificação da variedade de espécies e tipos documentais presentes nesses acervos²⁰, que são produzidos de acordo com procedimentos específicos, utilizando a linguagem normatizada da arquitetura.

Para Conde Villaverde e Vieira (2010), os documentos de arquitetura são documentos de arquivo que apresentam estruturas complexas, utilizando linguagens, tipos de representação e codificação e tecnologias bastantes diferenciadas. Os registros espelham as diversas etapas da atividade projetual²¹, num processo evolutivo de planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço construído. Especialmente nos arquivos privados,

²⁰ Os conceitos de espécie e tipo documental estão consolidados na arquivologia e foram tratados por diversos autores, com destaque para Bellotto (2006) e Paes (2004). De maneira sintética, como proposto na redação do “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura”, por “espécie” compreende-se a configuração que assume o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas, e por “tipo” a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a função e a atividade que a gerou. O projeto de arquitetura, na abrangência do seu conteúdo, embasa operações técnicas que definem funcionalidades e tipificam os documentos (Ferreira, 2021, pp. 8 e 12).

²¹ No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão elencadas nove etapas da atividade projetual, relacionadas às fases de planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço construído. São elas: 1. Pesquisa documental ou Levantamento de dados: etapa preliminar destinada ao planejamento da obra e à coleta de informações gerais sobre as condições preexistentes, cujo resultado deverá instruir a concepção do projeto. 2. Estudo preliminar: etapa inicial destinada à concepção do projeto e à representação gráfica preliminar das soluções arquitetônicas. 3. Anteprojeto: etapa destinada à concepção do projeto e à representação gráfica das soluções arquitetônicas. 4. Projeto básico: etapa destinada à produção dos documentos para análise e aprovação do projeto, contendo a representação gráfica das soluções propostas, com base nas exigências legais. 5. Processo administrativo: etapa destinada ao expediente legal para controle da atividade de obras e edificações. 6. Projeto executivo: etapa destinada à concepção final e à representação completa e definitiva das informações técnicas do projeto, necessárias e suficientes à sua contratação e à execução dos serviços de obra correspondentes. 7. Projeto completo de obra ou edificação: etapa destinada à finalização da compatibilização do Projeto executivo, com o detalhamento das definições construtivas. 8. Cadastro como construído ou *as built*: etapa destinada ao registro dos resultados da obra executada a partir dos projetos aprovados e das eventuais alterações realizadas com anuência do proprietário e dos profissionais responsáveis. 9. Avaliação pós-ocupação do ambiente construído: etapa destinada a diagnosticar aspectos positivos e negativos do ambiente construído em uso (Ferreira, 2021, pp. 13-16). Sobre esse assunto, ver também Viana (2015, pp. 141-149).

esses documentos são produzidos nas distintas fases de representação do processo criativo²², em diferentes meios de expressão gráfica²³, em escalas que podem variar do regional ao urbano, do edifício ao objeto.

Geralmente concebidos em suporte papel²⁴, pelas suas características de grandes dimensões, dobras normatizadas, uso durante a obra e ação do

²² No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão identificadas três fases de representação do processo criativo, que geram tipos documentais distintos, basicamente de gênero iconográfico. São elas: 1. Desenhos preliminares: primeiro gesto e gênese do projeto de arquitetura, representam a ideia inicial e sua evolução e permitem ao profissional explorar, preliminarmente, o plano geral do espaço, com volumetria, distribuição dos compartimentos e circulação. Geralmente constituem unidades múltiplas que, comparadas e complementadas, rejeitando as soluções inadequadas, ajudam a chegar na versão a ser apresentada ao usuário. Não configuram espécies documentais propriamente ditas, mas estágios em sua preparação, de acordo com o conceito arquivístico de forma. Ex: esquema ou infográfico, esboço, croqui e desenho de apresentação. 2. Desenhos de concepção: fornecem as informações essenciais à compreensão do projeto, revelado e aprovado na fase anterior. Mais estruturados que os desenhos preliminares, ilustram o atendimento às questões técnicas e às determinações legais e devem obedecer às regras convenionadas de representação gráfica prescritas pela normativa específica. Configuram espécies e tipos documentais. Ex: plantas, cortes, perfis, elevações, detalhes construtivos, perspectiva, maquete, dentre outros. 3. Desenhos de execução: representativos da solução final e completa do projeto, registram maior quantidade de informações e nível de detalhamento que os desenhos de concepção, sendo utilizados na fase de execução da obra. Configuram formato, espécies e tipos documentais. Ex: projeto arquitetônico detalhado, projeto de estruturas, projeto de instalações prediais, projeto de acessibilidade, dentre outros. Além dos documentos iconográficos, diversos outros tipos documentais podem estar relacionados à fase de execução do projeto, dentre eles: Caderno de especificações técnicas; Diário de obras; Laudo de inspeção predial; Memorial de cálculo, Orçamento de obra; Parecer técnico etc. (Ferreira, 2021, pp. 20-34).

²³ O desenho é o meio de expressão gráfica utilizado para a representação da ideia. De acordo com a técnica utilizada, ele pode ser classificado, em abordagem evolutiva, na ordem em que se apresenta: 1. Desenhos esquemáticos: diagramas simplificados confeccionados à mão livre, utilizados na representação da ideia inicial do projeto de arquitetura, na fase dos desenhos preliminares. 2. Desenhos à mão livre: expressão gestual, confeccionados à mão livre, utilizados na representação da ideia inicial do projeto de arquitetura, na fase dos desenhos preliminares. 3. Desenhos por instrumentos: representação normatizada por meio de instrumentos para desenho técnico, utilizados na representação do projeto de arquitetura, nas fases dos desenhos de concepção e de execução. 4. Desenhos assistidos por computador: representação normatizada e informatizada por meio de programas computacionais, utilizados na representação do projeto de arquitetura, nas fases dos desenhos de concepção e dos execução. Em virtude de os programas computacionais apresentarem ferramentas que permitem alterações sobre os desenhos iniciais e intermediários, recomenda-se que sejam registradas todas as etapas de desenvolvimento do processo criativo (Ferreira, 2021, p. 17).

²⁴ Por suporte, entende-se o material sobre o qual as informações são registradas ou material utilizado na confecção do documento. A maioria dos documentos de arquitetura são produzidos em papel, escolhido em função do tipo de projeto, dos objetivos da representação e das facilidades de reprodução. Também podem ser produzidos em outros suportes, como papel emulsionado, filme, madeira, isopor, acrílico, metal pergaminho, superfície magnética, superfície ótica, etc. Forma, dimensão das folhas e materiais para desenho podem ser diversos e cada situação requer cuidado especial nas ações de conservação, de maneira a minimizar danos aos suportes, garantindo a disponibilização da informação, a longo prazo (Ferreira, 2021, pp. 10, 35-37).

tempo, documentos de arquitetura, especialmente os de gêneros iconográfico e cartográfico²⁵, encontram-se bastante prejudicados, carecendo de ações de conservação para assegurar a proteção física dos registros contra agentes de deterioração, garantindo a longevidade dos documentos²⁶. A publicação traz a relação dos danos mais comuns ao papel, cuja identificação é o passo inicial para definir ações de conservação, que irão se somar aos procedimentos técnicos adequados para acondicionamento²⁷ e armazenamento²⁸ dos registros, estabelecidos, principalmente, em função dos grandes formatos.

As ações para organização, classificação e descrição desses documentos específicos devem respeitar as funções e atividades do órgão produtor, baseadas nos princípios arquivísticos de proveniência, organicidade, unicidade, cumulatividade e integridade do conjunto, atentando-se para que o contexto de produção, a identidade e o significado de cada documento ou

²⁵ Documentos de arquitetura estão relacionados a cada uma das etapas do projeto, e geram desenhos representativos, executados em distintas técnicas de expressão gráfica. Relacionar plantas, cortes, elevações e perspectivas, por exemplo, com documentos iconográficos ou cartográficos, merece uma discussão mais aprofundada, que deve ter fórum na “Câmara Técnica Consultiva” que está sendo proposta no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), para tratar, especialmente, de definições e orientações técnicas para documentos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. Ao tratar de gênero documental, o “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” define documentos iconográficos como aqueles “que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” e como documentos cartográficos aqueles que “contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, pp. 74 e 76). Sobre esse assunto, ver Viana (2015, pp. 138-141).

²⁶ Os procedimentos técnicos para conservação de documentos podem ser classificados como ações de preservação e de restauração. Na preservação estão incluídas as medidas para conservação preventiva, tais como: higienização, pequenos reparos, esterilização, digitalização e confecção de registros digitais. Na restauração, os procedimentos indicados são: desinfecção, obtenção, reforço de bordos e velatura. O controle ambiental das reservas técnicas também é fundamental para a conservação preventiva dos documentos, pois ajuda a impedir a sua degradação, devendo haver monitoramento rigoroso de temperatura, umidade relativa do ar, luz e irradiação ultravioleta, poluentes e pragas, além da supervisão constante das instalações prediais. Esses e outros fatores de risco devem ser considerados no planejamento de ações de zeladoria predial e devem embasar o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) da instituição de custódia de documentos (Ferreira, 2021, pp. 43-47).

²⁷ Para os documentos de arquitetura, os procedimentos de acondicionamento mais frequentes são: interfolheamento, encapsulação, planificação. A escolha correta das embalagens (envelope, pasta, jaqueta, caixa ou tubo), também contribui para a conservação dos documentos (Ferreira, 2021, pp. 48-51).

²⁸ Os tipos de armazenamento — vertical e horizontal — estão relacionados com a posição em que os documentos estão dispostos no acervo, e, para os documentos de arquitetura, podem ser escolhidos armários, arquivos, estantes, fichários e, em especial, as mapotecas (Ferreira, 2021, pp. 52-53).

conjunto estejam preservados²⁹. Na etapa da descrição³⁰, recomenda-se a participação de arquitetos e arquivistas, para a melhor compreensão intelectual dos registros e do seu contexto de produção.

A intenção da equipe do APHRC é que essas iniciativas contribuam para auxiliar no tratamento técnico dos acervos e para revelar o potencial informativo da fonte, para além da finalidade probatória da criação desses documentos. E, neste sentido, essas ações recentes estão aderentes à sua missão institucional, especialmente àquela relacionada à permissão do acesso à informação e ao estímulo à difusão do patrimônio documental salvaguardado na Autarquia, mantendo vínculo com as iniciativas para preservação do patrimônio cultural local, que estão presentes desde a criação da Autarquia, em 1979.

Ausência de uma política que valorize, adequadamente, a memória profissional³¹

Documentos de arquitetura são provenientes de diversas fontes produtoras e são custodiados por instituições, públicas e privadas. Quando decorrem de funções estatais, para controle da atividade de obras e edificações, ficam sob a responsabilidade dos arquivos públicos³², mas podem ser gera-

²⁹ No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão sugeridas orientações para a organização dos documentos, tratando da classificação e da descrição dos acervos, baseadas nos princípios da arquivística, que recuperam sua estrutura lógica, vinculando os registros à sua proveniência (produtor), organicidade (procedimento), unicidade (sentido particular) e cumulatividade (formação natural e progressiva), que contribuem para a integridade do conjunto, possibilitando a compreensão geral das outras unidades às quais os documentos estão associados (Ferreira, 2021, pp. 55-59). Sobre esse assunto, ver também Viana (2015, pp. 149-151).

³⁰ Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir definições consistentes, apropriadas e autoexplicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influenciam no tratamento técnico realizado nas entidades custodiadoras, essas normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa, que estruturam a informação de maneira semelhante. Esse processo de descrição pode respeitar a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, tradução brasileira da *General International Standard Archival Description* – ISAD(G), estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) ou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente (Ferreira, 2021, p. 57).

³¹ Trecho da frase de Marlice Nazareth Soares de Azevedo (2010, p. 38).

³² O Arquivo Nacional Brasileiro, Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal, assim como Arquivos Municipais, integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), dispõem de fundos e coleções de arquitetura. Universidades públicas e privadas, assim como pessoas físicas e jurídicas de direito privado, são atuantes na preservação e na difusão de acervos de arquitetura no Brasil.

dos por profissionais, para atividades projetuais, gerenciamento de obras e serviços e gestão da empresa; podem ser produzidos no âmbito de conselhos de classe para acompanhamento do exercício profissional e ainda podem ser preparados nos ambientes universitários, para desempenho de atividades acadêmicas e culturais.

A origem dos “Processos de Construção”, a rigor, é determinada em lei, que estabelece o procedimento administrativo de controle de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas. Na administração pública, esse expediente resulta em documentos compostos por vários itens de gêneros textual, iconográfico e cartográfico, e são denominados “processos” ou “dossiês”³³, cujas unidades são reunidas para comprovar essa ação específica. No APHRC, esses documentos compostos integram a série “Processos de Construção de Obras Particulares”, integram o fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”, são originários de procedimento estabelecido na Lei Municipal n.º 88, do ano de 1911, mas se apresentam com regularidade no acervo a partir do ano de 1936. Nos arquivos pessoais ou institucionais, esses documentos probatórios de atividades profissionais podem estar reunidos em torno de um projeto, de uma função ou de uma atividade desempenhada pelos titulares, individual ou coletivamente, em escritórios, entidades de classe ou em universidades.

Ao tratar da situação dos arquivos brasileiros de arquitetura, engenharia e urbanismo, Azevedo (2010) revela que, mesmo constituindo um dos mais importantes patrimônios documentais, eles geralmente encontram-se “espalhados nos organismos públicos onde foram produzidos, em instituições acadêmicas e culturais ou em fundações e institutos privados”, muitas vezes “dispersos, perdidos e em condições inadequadas de custódia e conservação, pela ausência de uma política que valorize, adequadamente, a memória profissional” (Azevedo, 2010, p. 38).

³³ Essas definições estão baseadas no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que explica Dossiê como “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento” e Processo como “conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, pp. 79 e 138). As definições também são utilizadas de acordo com Paes (2004), que esclarece que Dossiê é a “unidade de arquivamento, formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa” e que Processo é o “termo geralmente usado na administração pública, para designar o conjunto de documentos, reunidos em capa especial, e que vão sendo organicamente acumulados no decurso de uma ação administrativa ou judiciária”, destacando que “o número de protocolo, que registra o primeiro documento com o qual o processo é aberto, repetido externamente na capa, é o elemento de controle e arquivamento do processo” (Paes, 2004, pp. 26-27).

A tal constatação, somam-se relatos sobre a fragmentação e dispersão de fundos produzidos por particulares que permanecem acumulados com os próprios profissionais, sem possibilidade de consulta ou com acesso bastante restrito ao público interessado. Nesses casos, o futuro dos fundos e/ou coleções documentais dependerá, em parte, da sensibilidade do poder público em definir uma política abrangente para arquivos públicos e privados, e em viabilizar recursos que possam ser destinados à efetiva preservação, acesso e difusão dos acervos.

Documentar as atividades, os processos e os agentes envolvidos com a produção arquitetônica constitui ação imprescindível para compreender e incorporar o patrimônio cultural multidimensional, além da gestão e da proteção propriamente ditas do mesmo. Para além do valor primário, o uso dos registros estende-se para outros fins, adquirindo valor secundário, científico e cultural, permitindo ampliar a original função administrativa para as atividades relacionadas ao patrimônio cultural, especialmente de preservação do patrimônio edificado e de resgate da memória da comunidade, servindo de base para a ação pública e privada e para planejar suas decisões.

E é por este motivo que a mobilidade de fontes documentais tem preocupado os profissionais brasileiros, principalmente em decorrência das ações recentes de doação de acervos de arquitetos brasileiros a Portugal³⁴, iniciativa que tem gerado manifestações de indignação, com solicitação de providências das instâncias nacionais cabíveis³⁵.

³⁴ Não é de hoje que acervos relacionados à arquitetura e aos profissionais brasileiros têm tido guarda em Portugal. Desde 2018, está sob responsabilidade da Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura (CA), em Matosinhos, a coleção “Arquitetura Brasileira, 1929-2018”, composta por 76 projetos de autores como: Gregori Warchavchic, Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho, David Libeskind, Acácio Gil Borsoi, Vilanova Artigas, Carlos Millan, Fábio Penteado, Jorge Wilhein, Eduardo Longo, Éolo Maia e João Vasconcellos, Assis Reis, Marcos Acayaba e Hélio Olga, Oswaldo Bratke, Gustavo Penna, Joan Villá, Pedro Paulo Saraiva, entre outros. O acervo é constituído por 1.908 peças desenhadas analógicas, 6.237 peças desenhadas digitais, 418 documentos textuais analógicos, 882 documentos textuais digitais, 18 maquetes, 1.079 documentos fotográficos analógicos, 34.031 documentos fotográficos digitais, 118 publicações, 66 vídeos e 40 registros de áudio. Essa vasta coleção surgiu no âmbito da exposição “Infinito Vão”, realizada na CA em 2018, sob a curadoria dos brasileiros Guilherme Wisnik e Fernando Serapião, em processo que envolveu tratativas jurídicas com mais de 200 doadores, entre autores e seus representantes legais, através de contratos de doação e contratos de licenciamento e de uso de imagem. Os documentos do acervo da CA, incluindo os conjuntos recentemente incorporados dos arquitetos brasileiros Paulo Mendes da Rocha e Lucio Costa, encontram-se descritos segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), com acesso a exemplares digitais, disponibilizados em meio eletrônico. Informação disponível em: www.casadaarquitectura.pt. Acesso em 15.09.2022.

³⁵ Sobre esse assunto, destaco os artigos de Lira et al. (2021) e de Eduardo Augusto Costa — “Lucio Costa na Europa: O papel dos acervos e a arquitetura brasileira”, publicado na revista eletrônica *Novos Estudos*, do CEBRAP, São Paulo, v. 4, n.º 02, pp. 371-386, maio-agosto de 2022.

A emergência de um debate³⁶

O debate em torno do tratamento arquivístico dos acervos de arquitetura não é recente. Segundo Viana (2015), a preocupação em relação ao tratamento arquivístico dos documentos de arquitetura inicia-se no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), desde 1982, momento da criação de um Grupo de Trabalho, transformado em 1988 em uma Seção Provisória, com a atribuição de desenvolver modelos de tratamento técnico desses documentos de arquivo. No ano de 2000, foi institucionalizada no CIA a Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR)³⁷ (Viana, 2015).

Em 2003, de acordo com os respectivos objetivos, a SAR organizou o I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (CIAA), em Alcalá de Henares, na Espanha, propondo uma reflexão sobre temas identificados como relevantes para instituições arquivísticas e universidades, inclusive brasileiras, que custodiam acervos com essas características³⁸. Reconhecendo a necessidade de salvaguardar o patrimônio constituído pelos documentos de arquitetura, como valor cultural de uma nação, a plenária do I CIAA apresentou as seguintes recomendações:

- Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para desenvolver estratégias de conservação a longo prazo e de acesso aos documentos de arquitetura;
- Desenvolvimento de um grupo de trabalho na SAR que traçasse a confecção de um guia de fontes de arquitetura a serviços dos pesquisadores;

³⁶ Título referenciado no artigo “Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação” (Lira et al., 2021, p. 3).

³⁷ Essa alteração de estatuto ocorreu em razão de recomendação do XIV Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Sevilha (Espanha), no ano 2000 (Viana, 2015).

³⁸ Os temas apresentados e discutidos no I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (CIAA) foram: instituições produtoras e respectivas séries documentais custodiadas; tratamento técnico-documental, incluindo ações para identificação e descrição de tipos documentais; iniciativas de conservação, acesso e difusão de informações sobre o acervo; estado de conservação dos acervos em crescente produção e acumulação e impacto de novas tecnologias de informação e comunicação sobre os arquivos de arquitetura (Viana, 2015). Entre as instituições arquivísticas e universidades brasileiras representadas no I CIAA, destacamos o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ), representado pela arquiteta e professora Elizabete Martins; a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representada pelo professor Leonardo Barci Castriota e a Universidade Federal Fluminense (UFF), representada pela professora Marlice Nazareth Soares de Azevedo (Viana, 2015).

- Definição de recomendações pela SAR que conduzissem ao alcance de um nível ótimo o tratamento de arquivos de arquitetura autênticos em meio eletrônico;
- Criação de grupo de trabalho representativo das organizações arquivísticas e arquitetônicas, encarregado da compilação e delineamento de recomendações sobre assuntos relativos aos direitos de propriedade intelectual, os quais foram considerados importantes para a conservação, acesso e uso dos documentos de arquitetura;
- Manutenção do congresso virtual como fórum e ponto de encontro internacional, com a finalidade de garantir uma colaboração contínua e um intercâmbio de informação entre as pessoas responsáveis pela documentação arquitetônica;
- Realização, a cada dois anos, de congressos de arquivos de arquitetura (Viana, 2015, p. 129).

No Brasil, no âmbito da 30.^a reunião ordinária do CONARQ, realizada em 20 de maio de 2003, ocorreu a aprovação da Comissão Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo (CSAAEU), resultado de recomendações do I CIAA. Naquele mesmo ano, no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, na Mesa Redonda sobre “Preservação e acesso aos fundos de Arquitetura e Urbanismo” foi discutida a questão e foram estabelecidas diretrizes para uma política neste campo (Azevedo, 2010). Mas, foi somente em 2006, por meio da Resolução n.º 80, de 13 de junho, que a CSAAEU foi instalada, com o objetivo de realizar estudos para subsidiar a elaboração de diretrizes e normas para organização, guarda, preservação, destinação e acesso aos documentos de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo³⁹ (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

Outras iniciativas se somaram àquela do CONARQ, como a realização do I Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação⁴⁰, realiza-

³⁹ Foram designados para a referida Comissão Setorial representantes de universidades públicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Universidade Federal Fluminense-UFF e Universidade de São Paulo-USP), do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Oscar Niemeyer e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

⁴⁰ O I Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação, de 2008, ocorreu na capital mineira, Belo Horizonte, e foi estruturado a partir de três eixos temáticos: a) a preservação documental e o desafio dos arquivos de arquitetura; b) os arquivos e as novas tecnologias: acesso e importância dos fundos, e c) arquitetura e documentação: a investigação na área da arquitetura e do urbanismo. Na ocasião, destacou-se o predomínio da participação acadêmica, com cerca de 90% dos trabalhos selecionados, que apresentaram produção arquitetônica com investigações de natureza arquivística, ao passo que questões técnicas relacionadas com a catalogação, informatização, custódia e tratamento documental não foram predominantes (Azevedo, 2010, p. 43). O Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação está em sua 7.^a edição, cujo evento *online*

do em 2008, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo Centro Latino-americano de Documentação de Arquitetura (CEDODAL), com a colaboração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste encontro foi criada a Rede Latino-americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ), com a presença de profissionais do México, Colômbia, Argentina, Chile e Brasil, reunidos em torno do objetivo comum de criar uma base de cooperação entre diversas instituições brasileiras e latino-americanas, como um catálogo *online*, com informações sobre acervos de arquitetura (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação⁴¹

Também não é recente o debate em torno da utilização dos acervos de arquitetura para o ensino e a pesquisa historiográfica baseados em fontes primárias, e para as iniciativas institucionais e particulares relacionadas às questões de preservação do patrimônio cultural. Lira et al. (2021) esclarecem que essas ações “vêm contribuindo para a construção de uma agenda coletiva em torno do valor histórico desses acervos no Brasil”, com “debates que giram em torno do seu papel no interior de instituições culturais, acadêmicas e profissionais e de sua relevância para a formação, a memória e a prática em arquitetura e urbanismo” (Lira et al., 2021, p. 2).

Os autores identificam que um dos momentos iniciais da aproximação sistemática dos arquitetos brasileiros com as fontes documentais ocorreu nos anos 1930, com estudos históricos e construtivos que deveriam embasar as decisões e as ações de preservação sobre o patrimônio arquitetônico a ser salvaguardado. Esse procedimento resultou numa série de levantamentos e de projetos, que acabaram por constituir, eles mesmos, acervos compostos “por conjuntos organizados de fontes; registros de campo; levantamentos gráficos, fotográficos, fotogramétricos e estratigráficos; inventários; pareceres técnicos; projetos; planos etc.”. Esse vasto material foi ainda complementado por uma nova literatura técnica de apoio, constituindo a bibliografia

aconteceu no ano de 2021, e a organização tem destacado como público-alvo a comunidade profissional e acadêmica interessada na preservação do patrimônio, na história da arquitetura e do urbanismo, na arquivologia e na representação e recuperação da informação em geral.

⁴¹ Título referenciado no artigo “Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação” (Lira et al., 2021, p. 2).

disponível sobre a história da arquitetura no país, até aquele momento⁴² (Lira et al., 2021, p. 4).

Nos espaços acadêmicos, Lira et al. (2021) pontuam que a aproximação sistemática dos arquitetos com as fontes primárias se consolidou a partir dos anos 1940 e 1950, “com as demandas didáticas abertas pela introdução, com base no currículo fixado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, na cadeira ‘Arquitetura no Brasil’”. Pela carência de recursos pedagógicos, foram produzidos diversos materiais de apoio, como livros, apostilas, coleções de fotografias e de slides e algumas compilações de desenhos originais, que se somaram à bibliografia pioneira, conformando um “corpus propriamente acadêmico de trabalhos em história daquilo que, por muito tempo, continuaria a ser compreendido como ‘arquitetura brasileira’”⁴³ (Lira et al., 2021, pp. 4-5).

No mesmo âmbito das universidades, merece destaque a constituição das primeiras coleções de documentos relacionados com a arquitetura, entre as décadas 1950 e 1960⁴⁴, com o pioneirismo da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (EA-UMG), em 1954, e as iniciativas do Grêmio Estudantil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São

⁴² Sobre esse momento pioneiro no Brasil, nos anos 1930, Lira et al. (2021) destacam as contribuições de arquitetos como Lucio Costa, José de Souza Reis, Luís Saia, Carlos Leão, Alcides Rocha Miranda e Paulo Thedin Barreto e de intelectuais e profissionais de outras áreas como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e outros, que se somaram a trabalhos produzidos por autores estrangeiros influentes no país, como Robert Smith, Germain Bazin e Yves Bruand. Sobre a nova literatura técnica de apoio, os autores mencionam as publicações do antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Lira et al., 2021, p. 4). Optou-se por reproduzir todos os nomes, cuidadosamente elencados pelos autores, para dar o destaque merecido ao esforço dessa geração de historiadores de arquitetura, cuja produção ajudou a consolidar o sistema de universidades no Brasil e a embasar as propostas para o ensino de pós-graduação em arquitetura e patrimônio e a formação das primeiras agências de fomento à pesquisa no país.

⁴³ Nos espaços acadêmicos, nos anos 1940 e 1950, Lira et al. (2021) elencaram os nomes de: Paulo Santos, Sylvio de Vasconcellos, Lucas Mayerhofer, Ayrton Carvalho e Godofredo Filho, ou de seus alunos e leitores como Augusto da Silva Telles, Flávio Motta, Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Júlio Curtis, Dora e Pedro Alcântara, Alfredo Britto, Paulo Ormino de Azevedo, Geraldo Gomes da Silva, José Luiz da Mota Menezes, Günter Weimer, Jussara Derenji e Liberal de Castro. Os autores ainda destacam que as iniciativas pioneiras são anteriores e remontam aos primeiros cursos de arquitetura no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Desta fase histórica, destacam os nomes de: Ernesto da Cunha Araújo Vianna, José Mariano Filho e Adolfo Morales de Los Rios (da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro) e Ricardo Severo, Alexandre Albuquerque e José Wasth Rodrigues (em São Paulo) (Lira et al., 2021, pp. 4-5).

⁴⁴ Datam deste período, entre as décadas de 1950 e 1960, as publicações dos professores Paulo Santos, da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA-RJ) e de Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), assim como glosários e dicionários de autoria de Sylvio de Vasconcellos (Vocabulário Arquitetônico, 1961) e de Eduardo Corona e Carlos Lemos (Dicionário da Arquitetura Brasileira, 1957) (Lira et al., 2021, p. 5).

Paulo (FAU-USP), em 1965, além do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-UFRJ), organizado em 1982.

Em Minas Gerais, a Seção de Pesquisa e o Serviço de Foto-documentação criados por Sylvio de Vasconcellos, em 1954, e custodiados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (FAU-UFGM), atualmente dispõem de cerca de 50 mil negativos, principalmente de objetos arquitetônicos e artísticos brasileiros, especialmente mineiros, que se somam às iniciativas editoriais que tratam do assunto (Lira et al., 2021). No Rio de Janeiro, o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ), criado em 1982, constituiu-se com base em doações de escritórios de arquitetura de diferentes gerações, em sua maioria formada no Rio de Janeiro e vinculadas à arquitetura moderna carioca. Contém, atualmente, mais de 200 mil itens que estão organizados em bases arquivísticas⁴⁵.

Em São Paulo, organizado no Setor de Projetos da Biblioteca da FAU-USP⁴⁶, a hoje denominada Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (STMI-FAU-USP), dispõe de vasto acervo com 46 coleções, principalmente de profissionais paulistas, correspondendo a mais de 600 mil itens, que incluem diversas espécies e tipos documentais, em variados suportes, formas, formatos, gêneros e técnicas de registro da informação. Lira et al. (2021) afirmam que o tratamento técnico dispensado ao acervo, feito em bases arquivísticas, tem possibilitado a realização de pesquisas e a publicação de dossiês, e apresentam os resultados de trabalho prático em torno das coleções de arquitetura, no âmbito de uma disciplina ministrada no curso de graduação

⁴⁵ O NPD-FAU-UFRJ atualmente é responsável pelo desenvolvimento acadêmico e de pesquisa, e pela preservação de importantes coleções de arquitetura brasileira (Alunos ENBA, Cidade Universitária, FNA, Plástica, Roberto Burle Marx) e fundos arquivísticos (Adolfo Morales de los Rios, Affonso Eduardo Reidy, Aldary Toledo, Ângelo Bruhns, Amaro Machado, Carlos Leão, Gastão Bahiana, MM Roberto, Jorge Machado Moreira, Luis Nunes, Luiz Paulo Conde, Marcos Konder, Oscar Niemeyer, Paulo Candiota, Paulo Santos, Severiano Mário Porto, Stélio Alves de Souza, Ulysses Burlamaqui). Conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com suporte financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Rede Ibero-americana de Arquivos. Informações do *site* oficial: npd.fau.ufrj.br. Acesso em 15.09.2022.

⁴⁶ O acervo do Setor de Projetos da Biblioteca da FAU-USP iniciou-se com a incorporação de coleções de projetos de arquitetos/escritórios de arquitetura como Ramos de Azevedo, Severo & Villares, Víctor Dubugras e Samuel e Christiano das Neves (Lira et al., 2021). Títulos bibliográficos e vasta documentação complementar permitem a identificação do contexto de produção dos registros, fato que ultrapassa o entendimento da obra isolada (Lanna, 2020).

da FAU-USP⁴⁷. No ano de 2019, a FAU-USP lançou o portal digital “Acervos FAUUSP”, que integra o conjunto de documentos que estão sob a responsabilidade da STMI-FAU-USP, da Seção Técnica de Audiovisual (FotoVÍdeo FAUUSP) e da Seção Técnica de Produção Editorial (LPG FAUUSP)⁴⁸.

Segundo Lira et al. (2021), esse processo de constituição de acervos em universidades vem se ampliando no Brasil⁴⁹, e a atuação dos professores da área de teoria e história da arquitetura e urbanismo está sendo decisiva. Ela tem possibilitado a realização de atividades didáticas com foco nos acervos de suas instituições, o acompanhamento de trabalhos de inventário e de catalogação e o desenvolvimento e orientação de pesquisas, assim como a intermediação de processos de doação de coleções particulares, a produção de conjuntos documentais originais e a doação de seus próprios acervos (Lira et al., 2021).

Espaço de cooperação recíproca interinstitucional⁵⁰

Possivelmente asseguradas pelo êxito das ações empreendidas no âmbito das universidades, mesmo que consideradas “discretas e intermitentes”,

⁴⁷ Junto a disciplina optativa do curso de graduação da FAU-USP, cuja ementa propunha discutir o lugar dos acervos históricos e os horizontes do ensino e da pesquisa em arquitetura e urbanismo, o professor José Lira propôs aos estudantes trabalho prático centrado em torno das coleções de escritórios de arquitetura salvaguardados pela instituição. Essa experiência didática resultou na publicação de dossiês bibliográficos, contendo levantamento abrangente da bibliografia ativa e passiva disponível dos/sobre os titulares dos acervos, incluindo depoimentos, entrevistas, projetos publicados e informações contidas nos próprios acervos, que foram sistematizadas em tabelas, contendo descrição panorâmica de cada coleção. Os guias, no total de 16, são referentes a: David Libeskind, Eduardo de Almeida, Elisário Antônio da Cunha Bahiana, Icaro de Castro Mello, Jacques Emile Paul Pilon, João Walter Toscano, Júlio Roberto Katinsky, Marcello Accioly Fragelli, Oswaldo Arthur Bratke, Philipp Lohbauer, Roberto José Goulart Tibau, Rodrigo Brotero Lefèvre, Rosa Kliass, Teléfoto Giorgio Cristófani, Victor Dubugras e Waldemar Cordeiro. Os autores apresentam exemplos exitosos de experiências didáticas que envolveram a pesquisa em acervos na FAU-USP, coordenados pelas professoras Joana Mello, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Ana Lanna e Maria Lucia Gitahy, e pelos professores Luiz Recamán e Paulo César Xavier (Lira et al., 2021, p. 10).

⁴⁸ Dados disponíveis no site oficial da FAU-USP, especialmente no Portal Acervos. Disponível em: acervos.fau.usp.br. Acesso em 15.09.2022.

⁴⁹ Dentre as ações para constituição de acervos acadêmicos, os autores destacam as iniciativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Universidade Federal da Bahia (UFBA); no Centro Universitário Ritter dos Reis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade de Brasília (UNB); no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CM-UNICAMP) e na Escola da Cidade (Lira et al., 2021, p. 6).

⁵⁰ Título referenciado nos objetivos da Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, instituída pelo Departamento Paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IABsp).

observamos no Brasil, recentemente, iniciativas lançadas em fóruns distintos, para além dos espaços acadêmicos, que estão relacionadas aos mais diversos aspectos do universo dos arquivos de arquitetura. Algumas delas serão apresentadas na sequência, compreendendo-as como uma oportunidade de sensibilização sobre a relevância e a urgência de planejar e executar ações para identificação, preservação, organização, acesso e difusão dos acervos, públicos e privados, num debate amplo e interdisciplinar, em torno do objetivo comum de salvaguardar o patrimônio documental e, na ampla acepção do termo, o patrimônio cultural brasileiro.

Com formação datada de 2019, a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo instituída pelo Departamento Paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), “constitui um espaço de cooperação recíproca interinstitucional com vistas à preservação, difusão e estímulo à pesquisa de acervos brasileiros de arquitetura e urbanismo”⁵¹. A organização reúne, atualmente, mais de 20 instituições detentoras de acervos de arquitetura e urbanismo⁵², reunidas em torno dos seguintes objetivos comuns:

No desenvolvimento e compartilhamento de práticas e documentos de referência relacionados à política de acervos; no desenvolvimento de meios de compartilhamento integrado de acervos de arquitetura e urbanismo; na realização de atividades culturais conjuntas, tais como seminários, palestras, exposições e publicações; e na busca por meca-

⁵¹ Outra iniciativa pioneira, com objetivos semelhantes aos da Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, é a Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura, que foi organizada em 2019, a partir do projeto de extensão “Acervos IAB/RS”, desenvolvido na Faculdade de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a coordenação da professora Jennifer Cuty, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS). A atitude foi essencial para a consolidação do Centro de Memória do IAB-RS, criado oficialmente em 2021 e instalado na sua atual sede, com o objetivo de contribuir para a gestão dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da entidade profissional.

⁵² Atualmente, integram a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo as seguintes entidades: Arquivo Histórico do Município de São Paulo; Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo; Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro; Associação Escola da Cidade; Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Conselho Nacional de Arquivos; Divisão de Gestão Documental da Prefeitura de Porto Alegre/RS; DOCOMOMO São Paulo; Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo; Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul; Instituto de Arquitetos do Brasil, Direção Nacional; Instituto de Pesquisas Hospitalares Arquiteto Jarbas Karman; Instituto Lina Bo e P. M. Bardí; Instituto Virgínia e Vilanova Artigas; Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ (NPD) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (<https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>).

nismos para viabilizar o financiamento de suas ações (<https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>).

Na intenção de estabelecer diálogo entre instituições de custódia de documentos de arquitetura, brasileiras e portuguesas, e almejando estabelecer princípios básicos de cooperação técnica e operacional, para o desenvolvimento de metodologia de tratamento de documentos de arquitetura, sejam eles produzidos no âmbito do poder público, sejam acumulados por empresas e profissionais responsáveis por obras e edificações de qualquer natureza, em abril de 2022, o APHRC, a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), a Câmara Municipal de Lisboa (CML-AML) e a Casa da Arquitectura, (CA) assinaram o “Protocolo relativo a Cooperação Técnica no âmbito de documentos de arquitetura”⁵³. Buscando estabelecer as bases de um trabalho colaborativo, o Protocolo destaca a importância de preservar, dar acesso e difundir o patrimônio arquivístico e arquitetônico, enquanto elemento de prova, de informação, de investigação científica e de memória coletiva e individual, sublinhando a urgência de estabelecer ações de salvaguarda do patrimônio cultural, em todas as suas expressões e manifestações. O documento também reforça a importância de que as orientações técnicas devam relacionar a linguagem técnica da arquitetura, utilizada na produção documental, com os princípios arquivísticos aplicados no tratamento dos documentos.

Para cumprir com os objetivos do “Protocolo relativo a Cooperação Técnica no âmbito de documentos de arquitetura”, as quatro instituições comprometeram-se a organizar atividades conjuntas, com vistas ao aprimoramento técnico-científico da equipe. O primeiro produto, coordenado pelas instituições brasileiras, com apoio das instituições portuguesas, foi 1.º Colóquio Brasil-Portugal “Documentos e arquivos de obras e edificações”, realizado em junho de 2022, que discutiu procedimentos técnicos relacionados com a gestão de documentos originários de atividades típicas de planejamento, execução, manutenção e restauração de obras e edificações. Teve como público participante profissionais de diferentes formações (arquitetos, arquivistas, bibliotecários, documentalistas, engenheiros, historiadores e museólogos, entre outros), o que propiciou a troca de experiências

⁵³ No “Protocolo Relativo a Cooperação Técnica no Âmbito de Documentos de Arquitetura”, o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) está responsável pela implementação e execução dos compromissos assumidos no documento, representando o Município e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

e a aproximação daqueles que exercem a curadoria de acervos pessoais e institucionais similares⁵⁴.

Outra iniciativa relacionada aos documentos de arquitetura foi organizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). No âmbito do 1.º Seminário Nacional de Patrimônio — “Caminhos para a Valorização da Arquitetura e do Urbanismo”⁵⁵, foram divulgadas as “Recomendações de Ouro Preto”, expressando “preocupação com a situação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, atualmente em grave risco”⁵⁶, propondo a construção e a implementação de uma política nacional para a área de preservação cultural no Brasil. Foi proposta a criação de Câmara Temática de Patrimônio para ampliar a capacidade de atuação da entidade de classe na defesa do patrimônio cultural. Também está entre os seus objetivos a interlocução com órgãos e entidades que se relacionam com o patrimônio material e imaterial brasileiros.

Na sequência deste evento nacional, a regional de São Paulo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SP), por iniciativa da Comissão Especial

⁵⁴ A programação do evento ficou baseada em quatro eixos temáticos, coordenados por mediador brasileiro, com palestras de especialistas, brasileiros e portugueses, denominadas: Mesa 1 – Diálogos sobre Políticas de Acervo, em que as instituições convidadas expuseram critérios de aquisição e incorporação de fundos e coleções de documentos; Mesa 2 – Diálogos sobre Tipologia Documental, em que as instituições convidadas confrontaram elementos utilizados, no projeto descritivo, para identificar os itens do acervo; Mesa 3 – Diálogos sobre Preservação e Acesso, destinada aos problemas de armazenamento, acondicionamento, conservação e reprodução de documentos iconográficos especialmente os relacionados às atividades de obras e edificações; e Mesa 4 – Diálogos sobre Difusão Cultural, para a apresentação de ações de extroversão do acervo, de modo a atingir diferentes públicos. Nos dois dias de atividades *online*, foram contabilizados 643 inscritos na Plataforma Even 3, distribuídos por todos os estados brasileiros, com participantes de Portugal e de outros países, como México, Argentina e Canadá. Quanto à qualificação profissional do público, 137 foram da arquivologia, 100 da arquitetura, 84 da biblioteconomia, 67 da história, oito de museologia, três das ciências humanas e três de engenharia civil. Quanto à audiência *online*, foram 1.494 visualizações durante os dois dias de evento. Palestras disponíveis na íntegra em: www.youtube.com/watch?v=scz4PGNDS_c&t=4693s; www.youtube.com/watch?v=igNT2Exvlcs; www.youtube.com/watch?v=JFb4sPaaAGw; www.youtube.com/watch?v=I-Culvy64IQ. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁵ O evento aconteceu na cidade de Ouro Preto (MG), entre os dias 13 e 16.07.2022, no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto. Foi organizado pelas Comissões especiais de Política Urbana e Ambiental (CPUA-CAU/BR) e de Política Profissional (CPP-CAU/BR) do CAU/BR e contou com a participação dos Presidentes dos CAU dos Estados e do Distrito Federal, de profissionais da arquitetura e urbanismo e de autoridades e especialistas da área, como a representação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Informações disponíveis em: www.cau.br/gov.br/carta-de-ouro-preto. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁶ Os riscos identificados no documento estão relacionados, por exemplo, com a emergência climática e ambiental e com a falta de manutenção das construções, fato que compromete edificações e territórios urbanos com características históricas, tombados ou não. A crise administrativa e financeira dos órgãos responsáveis pelas políticas patrimoniais, especialmente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é mencionada como “dramática e reflete a necessidade e a urgência de políticas públicas para o campo cultural do Brasil desde a extinção do Ministério da Cultura em 2019”. Informações disponíveis em: www.cau.br/gov.br/carta-de-ouro-preto. Acesso em 15.09.2022.

de Patrimônio Cultural, e objetivando fazer ampla discussão sobre o patrimônio cultural de São Paulo, em agosto de 2022 ocorreu o II Encontro sobre Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo do CAU/SP⁵⁷. No panorama dos assuntos abordados, os acervos ganharam destaque em debates com especialistas das universidades, do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Essa também foi a tônica do 8.º Seminário da Núcleo São Paulo do Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (DOCOMOMO-SP), que trouxe o tema “A arquitetura e o urbanismo modernos e os acervos”. Afirmando que “os acervos são fundamentais para a proteção da memória e da arquitetura moderna, e exercem papel de centralidade na produção de novas pesquisas e na preservação e difusão da arquitetura moderna”, a intenção do evento, realizado em agosto de 2022, foi “refletir e debater sobre a relação que se tornou candente no contexto brasileiro com a recente evasão de importantes acervos e documentos da nossa arquitetura e urbanismo modernos”. As mesas temáticas e demais atividades, como a oficina ministrada pelo APHRC e dedicada ao tratamento técnico de documentos de arquitetura, destacaram a importância dos acervos como “fontes primárias às investigações em história da arquitetura, do urbanismo e do design, bem como para o suporte às intervenções de restauro, à prática projetual e apoio ao ensino”⁵⁸.

... difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica⁵⁹

No âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos, instância federal a quem compete formular, implementar, avaliar e monitorar a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico nacional, está sendo planejada a criação de

⁵⁷ Informações disponíveis em: www.causp.gov.br/?p=56178. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁸ As mesas de trabalho trataram dos seguintes temas: acervos institucionais; acervos pessoais; arquitetura como acervo; arquitetura e acervo; cidade como acervos; acervos como suporte e estratégia de pesquisa e acervos. Também foi realizada visita técnica à exemplares da arquitetura moderna na cidade de Araraquara. Informações disponíveis em: www.sisgeenco.com.br/eventos/docomomo/2022/. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁹ Trecho extraído da Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”.

Câmara Técnica Consultiva (CTC)⁶⁰ para a definição de diretrizes e orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. O documento foi apresentado pelo segmento dos arquivos públicos municipais, na 103.^a reunião ordinária do CONARQ, em 31 de agosto de 2022⁶¹, com boa receptividade da presidência e dos conselheiros, aguardando parecer da relatoria para sua aprovação⁶².

De maneira geral, a proposta tem a finalidade de contribuir para a formulação de uma política nacional de arquivos públicos e privados, no que tange à preservação, organização, acesso e difusão dos documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. Para atingir seus objetivos, foram estabelecidas as seguintes intenções: 1) Definir elementos essenciais que contribuam para a conservação preventiva dos suportes, garantindo a disponibilização da informação a longo prazo; 2) Integrar aspectos da linguagem técnica da arquitetura utilizada na produção documental, com os princípios arquivísticos balizadores da organização dos acervos; 3) Auxiliar na definição de instrumentos de pesquisa que favoreçam a compreensão do potencial informativo dos documentos, em qualquer tempo e lugar, considerando os perfis dos diferentes públicos e o alinhamento às funções informacional, administrativa e científica das instituições de custódia; e 4) Promover a interlocução e a articulação sistêmica de arqui-

⁶⁰ Em conformidade com a Resolução CONARQ n.º 49, de 04 de março de 2022, que “Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas”, a proposta de criação da referida CTC está alinhada ao Planejamento Estratégico Plurianual do CONARQ (2021-2023), especialmente em relação ao objetivo estratégico de fortalecer a sua atuação como instância de definição da política nacional de arquivos e ainda para atender ao projeto de aperfeiçoamento da legislação arquivística e avaliação da legislação correlata, com vistas a subsidiar a construção de proposta normativa para solucionar questões específicas da política nacional de arquivos públicos e privados.

⁶¹ São signatárias da proposta, além desta autora, as conselheiras Nadia Csoknyai del Monte Kojo; Beatriz Kushnir e Elina Gonçalves da Fonte Pessanha. A proposta recebeu o apoio formal de diversas entidades que compõem a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, a saber: APHRC; CAU-RS; CAU-SP; DOCOMOMO-SP; Escola da Cidade, FAU-Mackenzie; NDP-FAU-UFRJ; Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA); Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq, com 11 associações vinculadas); IAB-SP e Secretaria de Gestão Habitacional e Obras do Município de São José dos Campos/SP.

⁶² Está prevista para a reunião extraordinária do dia 05 de outubro de 2022 a apresentação do parecer da relatora, a conselheira Maria Teresa Navarro de Britto Matos, que embasará a decisão dos conselheiros. Caso o parecer seja favorável, será aberta a votação aos conselheiros e, havendo apoio da maioria, a Câmara Técnica Consultiva (CTC) será oficializada, podendo dar início aos trabalhos. A intenção é promover amplo diálogo, envolvendo conselheiros, especialistas das diversas áreas relacionadas ao trabalho com os acervos, comunidade acadêmica, entidades e associações de profissionais e universidades, com vistas a reunir contribuições teóricas e práticas relacionadas às especificidades dos documentos. Após ampla consulta pública, os trabalhos da CTC deverão consolidados na redação de resolução do CONARQ, com diretrizes e orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivos de arquitetura e do ambiente construído.

vos públicos e privados, para fortalecer a preservação, o acesso e a difusão de fundos e coleções arquivísticos produzidos e acumulados no país.

Importante registrar que, de acordo com a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também compete ao CONARQ a identificação de arquivos privados de interesse público e social, “desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Neste caso, o acesso aos documentos “poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor”, e os arquivos “não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”. O Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, instituiu, em caráter permanente, a Comissão de Avaliação de Acervos Privados, no âmbito do CONARQ, a qual compete receber as propostas, instruir o processo de avaliação e emitir parecer conclusivo para apreciação dos conselheiros, não deixando de monitorar os acervos privados declarados de interesse público e social. A Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, define os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas, que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, relacionando-os à “função social dos arquivos, traduzida na difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica”⁶³.

Um passo enorme no sentido da democratização do acesso⁶⁴

No APHRC, com projetos voltados ao público em geral, as ações têm sido planejadas e implementadas com a intenção de sensibilizar a comunidade, em diversas linguagens, sobre o papel estratégico de uma instituição arquivística no acesso à informação, oferecendo serviço que disponibiliza instrumentos e meios para defesa e garantia de direitos individuais e coleti-

⁶³ Sobre arquivos privados declarados de interesse público e social, consultar a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” e o Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que “Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”. Ver também a Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”.

⁶⁴ Trecho do depoimento de Nuno Sampaio, Diretor Executivo da Casa da Arquitectura, ao comentar sobre Edifício Digital. Disponível em: casadaarquitectura.pt/pt/noticias/edificio-digital-lancamento-a-13-e-14-de-maio-2022-05-13/. Acesso em 15.09.2022.

vos. A equipe tem esclarecido sobre o seu papel relevante na preservação do patrimônio documental e na identificação, na valorização e na salvaguarda do patrimônio cultural, buscando tornar-se não somente uma unidade da administração municipal que recolhe, custodia, preserva e organiza fundos documentais, mas um espaço para educação, cidadania, cultura, memória e lazer da comunidade.

O acesso pleno às informações e a ampla difusão dos acervos e atividades das instituições de custódia de documentos são competências que, como reconhece Bellotto (2006), mais adequadamente podem “desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro”, de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais (Bellotto, 2006, p. 227).

Desde a sua criação, em 1979, essa orientação tem balizado as iniciativas no APHRC e, na mesma direção, tem sido a postura adotada por outras instituições, como vimos no decorrer do texto, notadamente em relação aos acervos de arquitetura. Neste sentido, as considerações finais deste artigo apontam para a tentativa de identificar convergências entre as demandas por acesso e difusão desses acervos de arquitetos brasileiros em Portugal e as propostas da Casa da Arquitectura.

Segundo informações disponíveis no endereço eletrônico da entidade portuguesa, especialmente dedicada em “criar uma coleção de obras iconográficas e emblemáticas da cultura arquitetônica nacional e internacional”, verificamos que existe correspondência entre as atribuições legais de uma instituição arquivística brasileira⁶⁵ e a missão institucional da Casa da Arquitectura⁶⁶, a saber:

⁶⁵ Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁶⁶ Fundada em 2007, e localizada em Matosinhos, Portugal, a Casa da Arquitectura — Centro Português de Arquitectura (CA) é uma associação sem fins lucrativos, de caráter cultural, com a missão institucional de recolher, conservar e divulgar documentos de interesse para o estudo e a história da arquitetura nacional e internacional. O acervo é constituído por fundos documentais e coleções de arquitetura, produzidos e reunidos pelos doadores ou depositários no decorrer de suas atividades, ou tendo como base uma determinada temática ou um dado território, no âmbito da atividade cultural desenvolvida pela Casa. Estão sob responsabilidade do Centro de Estudos e Documentação (CED) 11 acervos e três coleções, que contemplam mais de 2.000 projetos, mais de 25.000 desenhos analógicos, cerca de 850 maquetes, mais de 30.000 registros fotográficos analógicos, mais de 100.000 documentos digitais, 120 metros lineares de documentação textual, diversas publicações e outros objetos referentes a vasto período cronológico, desde 1900 aos dias atuais, com natureza, dimensão, técnica e suporte bastante diversificados. Além dos fundos e coleções de arquitetos brasileiros, compõem o acervo da CA documentos de diversos profissionais portugueses, como Eduardo Souto de Moura, João Álvaro Rocha, Pedro Ramalho, Francisco Melo,

Tratar, arquivar e dar a conhecer, através de diversos instrumentos, os acervos e espólios de arquitetura doados, depositados ou entregues ao seu cuidado; [...] Incrementar e apoiar a investigação e divulgação do conhecimento no domínio da arquitetura; Realizar conferências, colóquios, conversas, workshops e outras atividades relacionadas com o debate a reflexão e a promoção da arquitetura; Administrar, gerir e divulgar os espaços e os imóveis a seu cuidado; Fomentar atividades de caráter lúdico, turístico, cultural e social destinadas a diversos públicos que contribuam para o melhor e maior conhecimento da arquitetura nacional e internacional (casadaarquitectura.pt/)⁶⁷.

No texto reproduzido, fica clara a intenção da direção da Casa da Arquitectura de permitir amplo acesso ao acervo e de promover a sua difusão em diferentes estratégias, meios e linguagens, em projetos voltados a públicos distintos, como pode ser observado nas iniciativas recentes, amplamente publicizadas. Uma delas, e que merece ser sublinhada, é o “Edifício Digital”, plataforma eletrônica para disponibilização de conteúdos digitais, produzidos em bases arquivísticas, que foi lançada em maio de 2022. Por meio dela, é possível acessar tanto as informações e atividades gerais da Casa, como a loja virtual e o Arquivo, de maneira intuitiva e em versão bilingue. Essa plataforma aberta, que permite a consulta universal⁶⁸, abre uma oportunidade não somente para a divulgação dos serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa da Casa, mas, principalmente, mas também para os processos de investigação e de produção de novo conhecimento técnico e científico, que têm merecido a atenção da instituição, com a criação do “Centro de Estudos e Documentação” (CED). Nesse novo espaço, relacionado à cooperação e à colaboração com as distintas comu-

Jorge Gigante, Gonçalo Byrne, João Luís Carrilho da Graça, Teresa Fonseca e Luis Ferreira Alves. Informações disponíveis em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

⁶⁷ Informação disponível em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

⁶⁸ Sobre as condições de acesso ao acervo, mediante agendamento prévio, a consulta presencial da documentação é feita nos espaços da Casa da Arquitectura. No local são disponibilizados os exemplares digitais, caso o documento já esteja digitalizado, ou então as reproduções digitais de documentos cuja fragilidade comprometa a sua integridade no momento do manuseio. A reprodução e a cessão de imagens do acervo, para fins de pesquisa ou comerciais, somente poderão ser utilizadas com a finalidade expressamente autorizada, com citação da fonte, sendo proibidas edições, alterações e manipulações dos exemplares digitais, que são fornecidos mediante pagamento de taxas, definidas em quadro publicizado no site da instituição. Informação disponível em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

nidades científicas, acadêmicas, profissionais e civis, nacionais e internacionais⁶⁹, a direção da Casa sublinha que ele está direcionado para a promoção continuada de atividades, seminários e publicações, que promovam novas leituras e a criação de distintos conteúdos sobre os acervos custodiados, fomentando o intercâmbio de conhecimento e de experiências.

Estarem disponíveis para o mundo⁷⁰

O princípio da territorialidade dos arquivos, que prevê que os acervos, reflexo da emanção de dado território, pertençam, de direito, à sociedade que lhes deu origem, e que, portanto, devem ser conservados onde foram criados, é uma questão importante a ser ampla e coletivamente debatida.

A defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro estão asseguradas constitucionalmente. Sítios, conjuntos urbanos, obras, edificações, objetos, documentos e demais espaços devem estar salvaguardados, por meio de diversas formas de acautelamento e de proteção, com o envolvimento da sociedade.

Especialmente em relação aos documentos de arquivo, é fundamental considerar as condições disponíveis de preservação dos acervos e a possibilidade real da produção, com qualidade, de itens digitais a partir de registros originais, que podem ser compartilhados em meio eletrônico, independentemente das fronteiras geográficas. Em situações já consumadas, enquanto não se tem ou ainda se desenha uma situação mais promissora, a direção pode estar nos mecanismos de acesso à informação e nas ferramentas para difusão desses acervos, estejam eles onde estiverem!

Referências bibliográficas

Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. (1982-1993). *Boletim Arquivo de Rio Claro* de 1982-1993. <http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>

⁶⁹ A “Residência da Casa” é um novo espaço disponibilizado pela Casa da Arquitectura, destinado a acolher os investigadores dos acervos que se encontram aos cuidados do seu Arquivo.

⁷⁰ Trecho do depoimento de Nuno Sampaio, Diretor Executivo da Casa da Arquitectura, ao comentar sobre o acervo do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=d9L0YuhRmYA. Acesso em 15.09.2022.

- Azevedo, M. N. S. de. (2010). Una visión preliminar de la situación de los archivos brasileños de arquitectura, ingeniería y urbanismo – um novo campo de estudo. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 38-44.
- Bellotto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (4.ª ed.). Editora FGV.
- Conde Villaverde, M. L., & Vieira, J. (2010). Introdução. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 13-15.
- Decreto n.º 4.073 da Presidência da República. (2002). Casa Civil da Presidência da República. Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2002). *A edificação residencial urbana paulista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2016). Moradias urbanas rio-clarenses (1936-1960). In A. B. Henriques (Org.), *Patrimônio edificado em Rio Claro-SP* (pp. 168-193). Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- IAB_Sp. (s.d.). *Rede de acervos de arquitetura e urbanismo*. <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-urbanismo/>
- Jornal Cidade de Rio Claro (JCRC). Edições de 01.05.1977; 23.01.1979; 25.01.1979; 17.02.1979; 10.10.1979; 11.10.1979; 22.11.1985.
- Jornal de Rio Claro (JRC). Edição de 22.11.1985.
- Jornal Diário de Rio Claro (JDRC). Edições de 10.10.1979; 16.04.1981; 25.04.1981; 16.06.1981; 18.06.1981; 13.07.1984; 14.07.1984; 23.11.1985; 01.03.1988.
- Lanna, A. (2020, setembro 30). Os frutos de um valioso acervo em arquitetura e urbanismo. *Jornal da USP – Universidade de São Paulo*. <https://jornal.usp.br/cultura/os-frutos-de-um-valioso-acervo-em-arquitetura-e-urbanismo/>
- Lei Complementar n.º 132 do Município do Rio Claro. (2018). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Reorganiza o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, “Oscar de Arruda Penteadó”, e dá outras providências correlatas.
- Lei n.º 1.573 do Município do Rio Claro. (1979). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Cria o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências.
- Lei n.º 2.540 do Município do Rio Claro. (1993). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Dá a denominação ao Arquivo Público e Histórico do Município de “Oscar de Arruda Penteadó” e dá outras providências correlatas.
- Lei n.º 8.159 da Câmara dos Deputados. (1991). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- Lira, J., Delecave, J., Próspero, V., & Fiammenghi, J. B. (2021). Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. *Anais do Museu Paulista*, 29, pp. 1-31.
- Paes, M. L. (2004). *Arquivo: teoria e prática*. (3.ª ed.). Editora FGV.
- Parrella, I. D. (2013). Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, 42(0), pp. 107-116.

- Portaria n.º 2.607 do Município do Rio Claro. (1980). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Nomeia Ana Maria de Almeida Camargo para o cargo de diretora junto ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- Resolução n.º 47 do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Arquivo Nacional/Conselho Nacional de Arquivos. (2021). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.
- Resolução n.º 49 do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Arquivo Nacional/Conselho Nacional de Arquivos. (2022). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas.
- Viana, C. M. (2015). Da concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura. *Ponto de Acesso*, 9, pp. 123-155.

